

# **A ERA DAS EMPRESAS PÚBLICAS PAULISTAS DE ENERGIA ELÉTRICA**

Fernanda Iema

Gracila Iacy Marzola Segalla

João Paulo Simi

Josué Ben-Nun Bertolin

Talita Montiel d'Oliveira Castro

## **Resumo**

A era das empresas públicas paulistas de energia está relacionada com o período de formação das empresas públicas e a estatização na área de energia elétrica da década de 60, culminando com a criação da Cesp, CPFL e Eletropaulo. Na década de 90, ocorreu uma transição contrária com a privatização das companhias com a justificativa de reduzir os déficits governamentais, investir nas empresas e concluir obras paralisadas do setor.

## **Palavras-Chave**

Empresas Públicas Paulistas – Energia Elétrica – Estatização – Privatização – CESP – CPFL – Eletropaulo.

## **Introdução**

Com o tema “A Era das Empresas Públicas Paulistas de Energia”, este trabalho tem como objetivo inicial elaborar um panorama mundial, nacional e paulista do setor em questão, visando verificar e apontar quais as decisões do poder público em torno das empresas energéticas são diretamente influenciadas pelos momentos e cenários históricos em que estão inseridas. Partindo desse princípio, analisaremos o período de estatização dessas companhias do Estado de São Paulo, mostrando, brevemente, como se deu tal processo.

A partir disso, poderemos então perceber como foi desenvolvido esse setor na capital bandeirante e nas regiões do Estado, nunca desvinculado do cenário nacional, tendo como

pergunta balizadora: as empresas dessa era pública atenderam às necessidades dos setores da sociedade?

A pesquisa abrange desde os primeiros incentivos à estatização da energia, na década de 1940, partindo especificamente para os anos 60, quando há uma preocupação maior dos governos Federal e Estadual com a energia, chegando na década de 1990, quando observamos a transição para a reprivatização.

As fontes utilizadas foram livros, revistas e relatórios anuais, pesquisados na Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento (FPHES). Além disso, também utilizamos o depoimento de um ex-funcionário da CESP (Companhia Energética de São Paulo) que trabalhou no setor de 1982 a 1999, bem como pesquisas realizadas pela internet por meio dos sites da CPFL (Companhia Paulista de Força e Luz) e CESP e teses de doutorado relacionadas ao tema em questão.

## **CAPÍTULO I - Panorama Geral**

Para entender a era das empresas públicas paulistas de energia é preciso analisar o contexto histórico em que surgem e estão inseridas. Várias questões mundiais que tiveram influência no Brasil foram fundamentais para o desenvolvimento do setor elétrico brasileiro e paulista. Desde os anos 30, com a política do presidente norte-americano Franklin Delano Roosevelt, manifestou-se uma tendência mundial que se consolidaria após a Segunda Grande Guerra: a passagem das grandes empresas de eletricidade, do controle de trustes e monopólios privados multinacionais para o Estado. O Brasil, seguindo uma tendência global, conheceu um grande crescimento econômico e industrial, que está diretamente ligado ao crescimento do setor elétrico.

Até então, todos os recursos do país eram utilizados para sustentar artificialmente os preços do café no mercado internacional, importar produtos industrializados e pagar uma imensa dívida externa. O resultado não constituía avanço para a nação. Com a Primeira Guerra Mundial, ficou muito difícil importar, e surge a necessidade de iniciar a produção nacional. Isso provocou a vinda de numerosas indústrias para o Brasil, principalmente para São Paulo, todas elas precisando consumir grandes quantidades de energia elétrica. O governo resolveu, então, dar incentivos para as empresas de energia elétrica que quisessem vir para o Brasil.

No fim de 1929, estoura a crise e a depressão mundial. Getúlio Vargas assume a Presidência da República com as reservas financeiras do país reduzidas a zero. Ele baseou sua política de construção do país na empresa nacional e no mercado interno, ao mesmo tempo em que incentivou a exportação de nossos produtos. Suspendeu as transferências aos bancos estrangeiros e dirigiu, por meio do confisco cambial, uma parte da renda da exportação do café para a industrialização. Ao fundar o Estado Nacional Brasileiro, iniciou-se um processo de desenvolvimento que levou o Brasil à categoria de país capitalista de maior crescimento durante quase 60 anos.

Em 1931, a incipiente indústria de bens de capital — ferro, cimento e aço, algumas máquinas e equipamentos — começa a crescer. Em 1932, sua produção é 60% superior à de 1929. Em 1935, o investimento líquido nesse setor, apesar das importações terem caído no mesmo período, ultrapassa a do ano anterior. Entre 1929 e 1937, a produção industrial cresceu 50% e a produção agrícola para o mercado interno cresceu 40%. A renda nacional, apesar da depressão mundial, aumentou entre os mesmos anos, 20%, enquanto a renda per capita cresceu 7%.

Para manter o crescimento econômico e reduzir a importação de insumos básicos (aço, petróleo, produtos químicos), há uma concentração, por meio do Estado, dos recursos e dos esforços necessários para criar a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, a indústria petrolífera — Petrobrás, e a indústria química — Companhia Nacional de Alcalis.

Houve extraordinário impulso à indústria de máquinas e equipamentos, com a Fábrica Nacional de Motores, e ocorre a fundação da Companhia do Vale do Rio Doce para utilizar os recursos minerais, antes explorados e exportados, para o desenvolvimento brasileiro. Um avanço para o setor elétrico foi a promulgação, em julho de 1934, do Código de Águas, marco principal da época, da regulamentação dos serviços e da indústria de energia elétrica no país, por meio do qual a União passou a ser o único poder concedente. No ano de 1939, foi criado o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica – CNAEE, reforçando a questão da regulamentação dos serviços de eletricidade. O CNAEE viria a ser o principal órgão do Governo Federal para a política setorial.

Com a Segunda Guerra Mundial voltou o problema de importação e de racionamento de carvão e petróleo. A essa altura a usina elétrica já era utilizada para outras finalidades, além da indústria da iluminação pública e doméstica. Uma delas era o transporte elétrico no Brasil. No entanto, o crescimento da capacidade instalada continuava pequeno. O governo

decidiu intervir para aumentar a taxa de crescimento e disciplinar melhor a produção e a distribuição de energia que, até então, estava nas mãos das empresas estrangeiras.

Um dos primeiros passos foi a criação da Companhia Hidrelétrica de São Francisco (CHESF), em 1945, que imediatamente começou a construir a usina de Paulo Afonso, inaugurada em 1955, com o engenheiro Marcondes Ferraz, que quebrava o tabu de que grandes obras hidrelétricas só pudessem ser construídas por estrangeiros. Em 1952, foram organizadas as centrais de Minas Gerais (CEMIG) — no então governo estadual de Juscelino Kubitschek — com cinco empresas regionais e suas subsidiárias. Em 1957, criou-se as Centrais Elétricas de Furnas, que comandou a construção das usinas de Porto Colômbia, Marimbondo, Estreito, Volta Grande e Água Vermelha.

No segundo governo Vargas (1950-1954) percebe-se um grande foco na infraestrutura, com a criação do Plano Nacional de Viação, Plano Nacional do Carvão, Plano Geral de Industrialização (metas setoriais), Programa do Petróleo Nacional/Petrobrás, BNDE (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico) e o Plano Nacional de Eletrificação/Projeto da Eletrobrás (que só seria aprovado posteriormente).

Assim, entre 1945 e 1962, o que preponderou foi um setor elétrico nacional marcado pela maior participação do poder público na economia, levando ao fortalecimento das concessionárias públicas, em cenários de crescente investimento. Em 1961, foi criado o Ministério de Minas e Energia (MME), cujo primeiro titular foi João Agripino, e em 1962, finalmente a criação da Eletrobrás, cujo primeiro presidente foi Paulo Richer, o que mudaria o panorama da energia elétrica brasileira.

No governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), o desenvolvimentismo continua aparecendo fortemente. O seu plano de metas influencia diretamente o setor energético brasileiro.

#### **Plano de Metas – Previsto e resultados**

Meta	Previsto	Realizado	%
Energia Elétrica (MW)	2.000	1.650	82
Carvão (mil ton)	1.000	230	23
Petróleo/prod. (mil barris/dia)	96	75	76
Petróleo/ref. (mil barris/dia)	200	52	26
Ferrovias (mil km)	3	1	32
Rodovias (mil km)	13	17	138
Aço (mil ton)	1.100	650	60

Cimento (mil ton)	1.400	870	62
Carros e Caminhões (mil unid.)	170	133	78

Fonte:

[www.memorial.sp.gov.br/memorial/images/agenda/000364/a\\_economia\\_brasileira\\_na\\_era\\_d\\_o\\_desenvolvimentismo.doc](http://www.memorial.sp.gov.br/memorial/images/agenda/000364/a_economia_brasileira_na_era_d_o_desenvolvimentismo.doc)

O início da década de 1960 caracterizou-se por uma grave crise de caráter econômico, político e social, devido à eleição, seguida da renúncia, de Jânio Quadros, da posse do vice-presidente João Goulart e deposição deste por um movimento político-militar em 1964. De 1964 a 1984, inicialmente com o general Humberto Castelo Branco, iniciou-se o ciclo dos governos militares, mediante eleição indireta pelo Congresso Nacional.

No âmbito da regulação setorial, deu-se em 1965, a criação do Departamento Nacional de Águas e Energia – DNAE, então vinculado ao MME (transformação da Divisão de Águas do DNPM). Em 1967, ocorreu a extinção do CNAEE, com absorção de suas funções pelo DNAE. A denominação deste foi alterada para Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE em 1968. Consolidava-se, dessa forma, a estrutura básica do setor, sendo a política energética traçada pelo MME e executada pela Eletrobrás, atuando o DNAEE como órgão normativo e fiscalizador.

No período correspondente aos anos de 1970-80, o setor elétrico atingiu seu ápice representado pelo “milagre econômico” e, experimentou também, o início de seu declínio ou a “década perdida”. Isso porque nesse período foram realizadas as maiores obras de geração hidrelétrica do País: iniciou-se o programa nuclear brasileiro (usina nuclear Angra I — entrando em fase de testes em 1981, em operação experimental em março de 1982 e em operação comercial em janeiro de 1985 — e Angra II — somente entraria em operação em 2000), os grandes sistemas de transmissão em 440 e 500 kW, os sofisticados sistemas de supervisão e controle, e o tratado de Itaipu, em 1973, cuja obra iniciou-se em 1975, sendo concluída somente em 1991.

No campo político, o grande acontecimento das décadas de 1980-90 foi, evidentemente, o fim do ciclo dos governos militares, com a eleição do Presidente Tancredo Neves em 1984. Se há um setor onde o termo “década perdida” pode, infelizmente, ser aplicado tranquilamente, é o setor elétrico, pois, além do controle tarifário para uma frustrada tentativa de controle inflacionário, houve também a corrida de algumas empresas, já endividadas pelas obras da década anterior, aos *suppliers credits*, que acabou por complicar

ainda mais sua situação financeira. Foi também a década dos *black-outs* e da inadimplência setorial.

A década de 1990 será marcada por transformações no setor elétrico. Durante o governo Collor, não houve atitude de fato, mas alguns ares de mudança de rumo já eram prenunciados, no sentido da reestruturação, passando pela privatização, separação dos segmentos de geração, transmissão e distribuição, estabelecimento de licitação para as obras de hidrelétricas, e reorganização dos órgãos reguladores e de planejamento.

O Produto Interno Bruto é uma boa maneira de ilustrar essa grande preocupação de desenvolver o Brasil.

#### **Taxas de Crescimento do PIB (Média Anual – %)**

1947-50	8,1	1971-75	10,1
1951-55	6,7	1976-80	7,2
1956-60	8,1	1981-85	1,4
1961-65	4,3	1986-90	2,0
1966-70	8,1		

Fonte:

[www.memorial.sp.gov.br/memorial/images/agenda/000364/a\\_economia\\_brasileira\\_na\\_era\\_d\\_o\\_desenvolvimentismo.doc](http://www.memorial.sp.gov.br/memorial/images/agenda/000364/a_economia_brasileira_na_era_d_o_desenvolvimentismo.doc)

#### **PIB per capita**

1951-60	+51,1%
1961-70	+36,9%
1971-80	+79,7%
1981-90	- 0,5%

Fonte:

[www.memorial.sp.gov.br/memorial/images/agenda/000364/a\\_economia\\_brasileira\\_na\\_era\\_d\\_o\\_desenvolvimentismo.doc](http://www.memorial.sp.gov.br/memorial/images/agenda/000364/a_economia_brasileira_na_era_d_o_desenvolvimentismo.doc)

Em São Paulo, desde a década de 40, o setor elétrico, viabilizado pelas empresas privadas, revelava certa incapacidade de continuar operando para responder aos racionamentos e às demandas crescentes da sociedade. A política tarifária do governo e as dificuldades da Segunda Guerra Mundial contribuíram para tal quadro. As escalas de produção aumentaram muito mais e, definitivamente, não conseguiam responder às novas

exigências desse mercado. A Light, concessionária de energia elétrica, havia esgotado todos os seus potenciais hidrelétricos de investimento. Os problemas já começavam a aparecer com falta de energia elétrica e a queda de energia. Isto, de certa forma, atrapalhava o desenvolvimento da região do Estado de São Paulo, que já despontava como um dos pólos econômicos e industriais mais importantes do país. Dentro deste prisma de crise, falta de abastecimento e investimento, e com o esgotamento dos potenciais hidrelétricos, havia a necessidade da intervenção do Estado de forma a garantir a continuidade de um serviço que era de extrema importância para a vida da sociedade. Essa passou a ser a alternativa convergente para investir em longo prazo no setor e solucionar os problemas energéticos vigentes. Isso originou intensos debates entre industriais paulistas, no âmbito da FIESP, levando o governo do Professor Lucas Nogueira Garcez a estabelecer, em 1952, um Plano de Energia Elétrica do Estado de São Paulo, envolvendo paralelamente um plano de eletrificação das ferrovias. Tal planejamento deu origem às primeiras usinas e empresas do Governo Estadual (USELPA – Salto Grande e CHERP – Euclides da Cunha – Limoeiro). Pela tabela podemos observar a evolução do setor elétrico paulista.

<b>Origem</b>	<b>Organizações Estaduais</b>			
Crise de Energia Elétrica 1949 – 1952	1953 USELPA Aproveitamento do Rio Paranapanema			
Irrealismo Tarifário	1955 CHERP Rio Pardo/Tietê			
Eletrificação da Sorocabana				
Plano energético do Estado CIBPU	1956 CELUSA Concessão de	1966 CESP Fusão das Empresas		

	Urubupungá		1975 CESP/CPFL Controle acionário pela CESP	
1912 CPFL (AMFORP)	1952 BELSA Distribuição	1965 CPFL (AMFORP) Controle acionário pela Eletrobrás		
1899 LIGHT	1964 COMEPA Aproveitamento do Rio Paraíba		1978 LIGHT Aquisição do Controle Acionário pela Eletrobrás	1981 ELETROPAULO Aquisição do subsistema Paulista da LIGHT

*Fonte: GOLDEMBERG, José. " A Questão Energética no Estado de São Paulo e alguns aspectos. SP", : CESP, 1983.*

Os principais efeitos da atuação do Governo Estadual foram assegurar condições para seu desenvolvimento econômico e de sua industrialização, não só na região metropolitana; estabelecer e desenvolver um expressivo conjunto de empresas de serviços e indústria de base voltadas para o setor elétrico (projetistas, construtores e fabricantes de equipamentos eletromecânicos) e desenvolver tecnologia própria no setor.

A partir desse panorama que envolveu questões mundiais, nacionais e estaduais, vamos compreender mais a atuação das empresas públicas paulistas de energia elétrica.

## **CAPÍTULO II - Momento de Estatização das Companhias Energéticas – Desenvolvimento Nacional**

Conforme foi visto no panorama geral, São Paulo vive um momento de crise no setor elétrico desde a década de 1940. Pelos motivos apresentados, na década de 1950, havia uma aspiração dos nacionalistas — uma onda que marcou profundamente os governos de Getúlio Vargas — de que o Estado deveria assumir integralmente o setor de energia elétrica (geração, transmissão e distribuição). No âmbito federal, contudo, surge a preocupação de desenvolver um projeto global que fosse capaz de suplantar as crises pelas quais o setor estava passando, seria necessária uma expansão do setor, mas também era necessário o seu financiamento.

De certa forma, era um processo complicado, visto que a iniciativa privada dominava o setor elétrico. No entanto, era clara a tensão que existia entre esses nacionalistas e as empresas estrangeiras, que defendiam seus interesses — com os chamados entreguistas, que eram a favor da iniciativa privada — principalmente durante o período do governo de JK, nos anos 50.

Os conflitos se localizavam no próprio corpo técnico do governo, ou seja, juntamente com o projeto de criação da Eletrobrás previa-se a criação paralela de uma Comissão Executiva do Plano Nacional de Eletrificação que ficaria subordinada ao Presidente da República. Desse modo, podemos perceber o quanto essas decisões e diretrizes políticas estariam nas mãos do Estado. Por outro lado, como já mencionado, especialistas do setor elétrico achavam essas iniciativas uma falácia, pois viam na administração pública uma fonte de corrupção e ineficiência dos serviços.

De fato, o grande debate girava em torno da polêmica: privatização *versus* estatização do setor elétrico. Os defensores da privatização argumentavam por uma maior eficiência no setor, melhor alocação de recursos e maior capacidade de adaptação às inovações tecnológicas, e acusavam a administração pública pela burocratização, má alocação dos recursos e ineficiência do agente público. A visão dos estadistas, num país que almejava atingir o desenvolvimentismo por meio das vias do Estado, caracterizava essa ação por uma racionalidade, coerência, atuação pelo bem comum e visão de conjunto, o que fazia com que tivessem um papel de destaque no desenvolvimento econômico, mesmo que, de certa forma, em detrimento do setor privado.

No entanto, há visões que defendiam uma posição pluralista para a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sem privilegiar um ou outro. Esse é o caso de Miguel Reale que defendia a coexistência do setor público com o privado e que acreditava ser perfeitamente possível a convivência entre esses setores na exploração da energia elétrica no país. Na criação da Eletrobrás, em 1961, tem-se efetivamente o estabelecimento de metas e de planos para a melhoria do setor hidrelétrico no Brasil: I) aumentar a capacidade de energia elétrica instalada no país; II) necessidade de investimentos adicionais para o pleno atendimento de mercado; III) queda da participação do capital privado estrangeiro no setor; IV) divisão de atividades no setor, sendo que às empresas públicas caberia a ampliação da capacidade de geração e interligação do sistema elétrico e às empresas estrangeiras se dedicariam à distribuição da energia elétrica; V) integração do setor elétrico nacional. Esta última meta acabou por agradar tanto a corrente dos nacionalistas quanto a dos privatistas, tendo em vista que as empresas estrangeiras ainda teriam uma participação considerável no setor, além de desonerá-la da expansão necessária para o setor, e o ingresso das empresas públicas no ramo da energia elétrica, podendo aumentar sua participação à medida que se capacitasse suas empresas.

Outra dificuldade enfrentada pelo governo de Juscelino foi a aprovação do Projeto de Lei 476, de 19 de setembro de 1956, que visava instituir a correção monetária dos ativos das empresas. Trata-se do Código de Águas sobre investimentos privados e públicos no setor. Os nacionalistas eram contra a aprovação desta lei, pois beneficiaria as empresas privadas, especialmente a Light. Este código, aguardado há 23 anos, foi regulamentado em 26 de fevereiro de 1957, por meio do Decreto 41019, referente aos serviços de energia elétrica. Em meio a essas dificuldades e disputas, o governo de JK conseguiu aprovar a reestruturação institucional do setor elétrico, criando o Ministério de Minas e Energia, com atribuições relativas à produção mineral e à energia em 22 de junho de 1960, por meio da Lei 3782.

Com relação às áreas de infra-estrutura energética, transportes e indústria de base, o setor conseguiu alcançar o resultado que se propôs no Plano de Metas: 5000 megawatts, em 1960 e 8000 megawatts, em 1965. Em meio a essas discussões com relação à criação de políticas no setor estatal de energia elétrica, outra dimensão se colocava: estadual *versus* federal. Havia disputas internas entre Estados pelos serviços, como, por exemplo, a competição entre CEMIG e Furnas. Os dirigentes da CEMIG não concordavam com a criação de outra empresa em Minas Gerais que não tivesse subordinada a ela. A

implantação de Furnas muda radicalmente o panorama do setor elétrico e o setor público passa a responder pela maior parte da capacidade instalada no país.

O domínio do Estado no setor elétrico cresce com autonomia. Se, em 1952, o setor privado era responsável por 92% da capacidade instalada e o setor público, apenas por 8%, em 1962, o Estado já representava 36%. Além disso, a integração de Furnas acabou por trazer diversos ganhos para o setor, visto a racionalização da produção de energia, a queda dos custos de produção e a queda do valor da energia — possibilitando ainda mais o desenvolvimento nacional e aumentando o acesso das pessoas à eletricidade.



Legenda: “Furnas: expressão importante do desenvolvimento do setor elétrico do país.”

*Fonte: FPHESP – “História e Energia”*

Na década de 60, a estratégia utilizada pela intervenção estatal no setor elétrico foi permeada por muitos desafios em operar grandes usinas, linhas de transmissão, subestações e, nas empresas estaduais, redes de distribuição. O esforço foi no sentido de ampliar os serviços e fazer chegar a eletricidade em regiões do país onde não existia.

No âmbito federal, tivemos a construção de grandes usinas de geração, como a Paulo Afonso e Furnas e a eletrificação de várias localidades no âmbito estadual que ainda não tinham serviços regulares de eletricidade. A grande visão era desenvolver um planejamento integrado do sistema elétrico, imagem que permeava desde o último governo de Vargas com a elaboração do Plano Nacional de Eletrificação da Assessoria Econômica. Para isso, há vários estudos realizados por um consórcio formado por empresas canadense,

americana e brasileira (CANAMBRA) que contribuíram para visualizar o grande potencial hidrelétrico do país — explorável economicamente: I) de um melhor conhecimento dos potenciais hidrelétricos dos rios da região Centro-Sul do país; II) da elaboração de estudos energéticos mais aprofundados que permitiram selecionar os melhores projetos hidrelétricos e determinar a exata proporção de complementação térmica que o conjunto hidrelétrico regional comportava; III) da possibilidade de um conhecimento mais aprofundado das características dos mercados regionais, em seu conjunto; IV) da definição das deficiências globais nos sistemas de subtransmissão e distribuição; V) da unificação de freqüências; VI) da definição das diretrizes básicas para a expansão dos sistemas de transmissão; VII) de um conhecimento mais preciso dos custos das diversas fontes de energia elétrica e diferentes aproveitamentos hidráulicos (CANAMBRA, 1967).

Todo esse esforço se dá pela necessidade de crescimento da produção de energia elétrica no Brasil. Por esse motivo, o planejamento realizado nessa direção está intimamente ligado às demandas da população. O resultado desse movimento foi a concepção de um programa de construção de usinas geradoras e de linhas de transmissão para suprir o mercado de energia elétrica até 1980, na região Centro-Sul do Brasil. Havia, portanto, como já comentado, uma percepção crescente da necessidade da interconexão do sistema elétrico brasileiro. Essa interligação começa em 1963 com a implantação da Usina de Furnas que respondeu às necessidades de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, por meio das linhas de 345 KW. E durante a década de 60, houve a construção de um tronco de transmissão que cruzou o Estado de São Paulo, com as usinas de Jupia e Ilha Solteira. Essa estratégia de interligação dos sistemas elétricos foi crucial para abranger um número cada vez maior de regiões beneficiadas e um número crescente de concessionárias, possibilitando a produção mais racional de energia. Conseqüentemente, possibilitou a redução global dos custos, irrigando o país de energia elétrica barata, o que propiciaria o crescimento econômico obtido. Na tabela abaixo, podemos perceber o crescimento do setor com os investimentos estatais e o declínio da participação privada no período.

<b>EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA POTÊNCIA INSTALADA EM GERAÇÃO -%</b>				
<b>Ano</b>	<b>Privado</b>	<b>Público</b>	<b>Auto-produção</b>	<b>Total</b>
1940	88	4	8	100
1950	82	7	11	100

1960	66	23	11	100
1965	55	33	12	100
1970	21	69	10	100
1975	12	79	9	100
1980	1	90	9	100

*Fonte: DNAEE*

De acordo com a tabela, podemos perceber o avanço da participação estatal perante as empresas privadas em geração, que era de 82% em 1950 e em 30 anos, cai para apenas 1%, significando o domínio do estado no setor.

No entanto, fica-nos a questão: será que a administração pública, nesse período, conseguiu melhorar os serviços e solucionar as demandas da população no setor elétrico? Apesar desse conjunto de medidas, o risco de racionamento não estava afastado no início da década de 1960. Esse tipo de problema ainda atingiu São Paulo e Rio de Janeiro em 1963 e 1964, os problemas só não foram piores, porque a Furnas colocou em funcionamento sua primeira unidade em 4 de setembro de 1963, o que acabou salvando o sistema São Paulo Light de um colapso. Havia também os riscos deflagrados pelo crescimento da taxa de inflação, as principais fontes de financiamento do setor (o Imposto Único sobre Energia Elétrica e o Fundo Federal de Eletrificação) foram diminuindo cada vez mais. Esse quadro se arrastou pela década de 50 e dificultou o andamento das obras em 60. Portanto, o desequilíbrio econômico-financeiro poderia desestabilizar os serviços no setor, prejudicando as expectativas e demandas da população.

Esses desgastes inflacionários e de endividamento se rompem a partir de 1964, com a política dos militares que governaram o país no período, o que permitiu a consolidação do modelo estatal no setor elétrico brasileiro que estava sendo desenhado desde 1945. Isso porque as medidas econômicas do primeiro governo militar favoreceram o fortalecimento do sistema financeiro nacional. Seguindo alguns modelos traçados na década de 50, propunha-se a ampliação da participação do Estado na atividade econômica e a modernização administrativa nas empresas estatais. Outra medida importante tomada nesse período para a consolidação do modelo estatal de energia elétrica no país foi o descongelamento das tarifas de eletricidade, que permitiu, nos anos seguintes, o desenvolvimento de forma mais eficiente no campo. Num segundo momento do governo, as medidas passam a ser no sentido de estimular as demandas de consumo da população, corrigindo certas distorções da economia

promovida por esse primeiro governo, que estimulou demais a elevação dos preços públicos, o que havia reduzido a renda dos consumidores e a liquidez das empresas. Apesar desse segundo governo militar ter ajustado as tarifas públicas, as tarifas da eletricidade continuaram mais elevadas em relação aos outros preços da economia. Desta maneira, o setor elétrico estatal passa a ser um setor rentável para a economia nacional e cresce ainda mais nesse momento. Também passa a dispor de um padrão de financiamento para expansão dos serviços, baseado na mobilização de recursos não-orçamentários, centralizado pela Eletrobrás. Como podemos perceber na tabela abaixo, a expansão do sistema elétrico nacional foi impulsionada por esse contexto econômico-financeiro favorável, entre 1967 e 1979.

EVOLUÇÃO DE INDICADORES SETORIAIS (Base 1967 = 100)		
Ano	Cap. Instalada	Investimentos
1967	100	100
1968	106	126
1969	127	128
1970	142	161
1971	155	178
1972	184	212
1973	208	239
1974	227	261
1975	262	326
1976	282	351
1977	310	403
1978	341	449
1979	376	394

*Fonte: Eletrobrás*

É interessante observarmos que esse crescimento da produção de eletricidade viabilizada pelo sistema econômico favorável no setor contribuiu para o desenvolvimento de outras áreas da sociedade, acelerou o processo de industrialização em São Paulo e outras regiões do país e promoveu a expansão da construção civil, das indústrias de bens de capital e bens intermediários, que tiveram uma maior demanda nesse período.

O fato é que entre 1967 e 1973, tivemos altos índices de crescimento em diferentes áreas de produção gerada pela expansão do sistema estatal de energia elétrica. Nesse sentido, as empresas dessa era pública corresponderam às demandas da população, pois gerou mais demanda às indústrias, poder de compra do consumidor e mais circulação financeira entre as pessoas e regiões.

Mas por que houve a consolidação do modelo estatal no setor elétrico? O fato é que durante os governos militares houve a ampliação do processo de estatização, além de um desenvolvimento no setor, capaz de mobilizar grandes volumes de recursos, elementos técnicos e melhores condições para a transformação do modelo no setor. Durante a predominância das empresas privadas, principalmente na década de 40 e 50, havia uma exigência por melhores serviços de eletricidade, com tarifas mais reduzidas. E com os sucessos obtidos nas atuações das empresas estaduais de distribuição, as comunidades locais, que antes não dispunham de boa qualidade dos serviços, começaram a pressionar para a predominância da administração estatal no setor.

Os estudos realizados durante o governo de Getulio Vargas pela sua Assessoria Econômica e, posteriormente, os estudos realizados pela CANAMBRA, apontam o Estado como o único capaz de mobilizar recursos para viabilizar a exploração, a baixo custo, do vasto potencial hidráulico, suprimindo as necessidades de geração da eletricidade necessária ao rápido crescimento verificado no período pós-guerra. A regularização dos cursos dos rios também ocorreu durante esse investimento estatal, o que trouxe um pouco mais de tranquilidade às populações ribeirinhas com relação às enchentes existentes. Além disso, havia a necessidade do aproveitamento racional do potencial de geração hidrelétrica, previsto desde o Código das Águas. Com todos esses objetivos previstos, somente o Estado seria capaz e tinha condições, naquele momento histórico, de realizá-los. No entanto, em longo prazo, as novas necessidades de vastos recursos para investimento, transformaram as empresas estatais em aliadas das empresas estrangeiras nos anseios por tarifas mais elevadas. Nesse sentido, houve também uma política de beneficiamento à concessão de empréstimos de bancos estrangeiros, como BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e BIRD (Banco Mundial), para projetos de infra-estrutura para os governos estaduais e federal. O reconhecimento da eficácia do Estado no setor era internacional, na época.

Com esta explanação, podemos dizer que o sucesso obtido pelo Estado no setor elétrico brasileiro se deu por ter conseguido suprir o país de energia elétrica durante um longo período, até meados da década de 70. Conseguiu-se prestar à população um serviço

regular, confiável e de baixo custo, condizente com a perspectiva de crescimento econômico e industrial em diversos setores da sociedade, não só brasileira. Esse processo proporcionou um acelerado desenvolvimento econômico e uma ampliação de técnicos, projetos e consultoria na área, de fato, um avanço técnico conquistado pelo empresariado nacional. Conseqüentemente outras indústrias ligadas ao setor elétrico no Brasil puderam crescer, como é o caso da indústria de equipamentos para geração, transmissão e distribuição de energia elétrica — instalaram-se diversas fábricas para suprir a demanda crescente por equipamentos. No início da década de 80, essa indústria já atingia índices expressivos de nacionalização. Porém, é preciso não perder de vista que o setor estatal surgiu dos anseios mais gerais da população para a superação de atrasos, provendo um serviço não oferecido plenamente pelas empresas estrangeiras. Por esse motivo, portanto, podemos afirmar que as estatais modernizaram a administração das empresas particulares e difundiram com mais amplitude as novas tecnologias, pois não existiam corporações no país para suprir as demandas crescentes da população no período.

### **CAPÍTULO III - Desenvolvimento das Companhias Energéticas no Estado de São Paulo**

Devido à necessidade de auxílio governamental ao desenvolvimento das estradas-de-ferro no Estado de São Paulo, a participação do poder público no setor já vinha acontecendo desde a década de 1940. Em 1948, para resolver um déficit de 500.000 HP, foi criado o Conselho Estadual de Energia Elétrica.

No entanto, o grande avanço na intervenção do Estado na política de geração e fornecimento de energia elétrica ocorreu devido à ação de Lucas Nogueira Garcez, engenheiro eletricista, que foi Secretário de Viação e Obras Públicas entre 1949-51, e governador de do Estado de São Paulo entre 1951-55. Garcez participou da criação do Conselho Estadual de Energia Elétrica e deu continuidade aos seus trabalhos durante seu mandato, quando criou o Departamento de Águas e Energia, parte da composição de seu Plano Básico Energético do Estado, responsável pela construção da usina hidrelétricas de Salto Grande, no rio Paranapanema (USELPA).

Nesta mesma linha de evolução, frente à incapacidade de amplificação dos serviços por parte das produtoras e distribuidoras de energia elétrica, Garcez criou o Plano Estadual de Eletrificação, com o objetivo de mensurar a demanda de energia elétrica no Estado, e

que, em seu relatório final, sugeriu a intervenção do poder público no setor. Somando-se à Usina de Salto Grande, em 1955, foi construída a Companhia Hidrelétrica do Rio Pardo (CHERP). Garcez obteve o êxito de aumentar a capacidade de transmissão pelo Estado, e iniciou o processo de centralizar as atividades de produção de energia elétrica, que culminou na criação das Centrais Elétricas de São Paulo (CESP), em 1966.

## **CESP**

Assim como ocorreu com o projeto da Eletrobrás, no mesmo período, a criação da CESP encontrou grande resistência por parte das empresas estrangeiras de produção de energia representadas em São Paulo pela Light e Companhia Paulista de Força e Luz, filial no Estado da American Foreign Power Company (AMFORP). A questão só foi resolvida com uma indenização de U\$ 135.000.000,00 concedida a essas empresas estrangeiras por parte do Estado. Essa atitude foi bastante criticada na época devido às dúvidas sobre a rentabilidade desses serviços ao Estado. A isso se somava uma política norte-americana, conhecida como emenda Hickenlooper, que autorizava sanções econômicas a países que estatizassem suas empresas sem uma indenização acordada — visivelmente na tentativa de inibir que ocorressem em outros países as estatizações promovidas pelo socialismo cubano de Fidel Castro. Como essa indenização ganhava proporções que remetiam ao complicado cenário político mundial, pouco se fez na tentativa de inibi-la.

A CESP, posteriormente rebatizada de Companhia Elétrica de São Paulo, que teve em Garcez seu primeiro administrador expressivo, com dois mandatos consecutivos, entre 1967 e 1975, conglomerou participações societárias, em parceria com a Eletrobrás, em 11 empresas do setor:

- Usinas Hidrelétricas do Paranapanema – USELPA
- Companhia Hidrelétrica do Rio Pardo – CHERP
- Centrais Elétricas do Urubupungá S.A. – CELUSA
- Bandeirante de Eletricidade S.A. – BELSA
- Companhia de Melhoramentos do Paraibuna – COMEPA
- Companhia de Luz e Força de Tatuí
- Empresa de Luz e Força Elétrica do Tietê S.A.
- Empresa de Luz e Força de Mogi Mirim S.A.

- S.A. Central Elétrica de Rio Claro - SACERC
- Empresa de Melhoramentos de Mogi Guaçu S.A.
- Companhia de Luz e Força de Jacutinga S.A.

A tabela a seguir mostra a operação da CESP nos seus primeiros anos e fica evidente a busca da expansão para poder atender à demanda de energia elétrica que crescia constantemente.

<b>OPERAÇÃO DA CESP EM SEUS PRIMEIROS ANOS</b>						
<b>Rio</b>	<b>Usina</b>	<b>Unidades</b>	<b>Início da Operação</b>	<b>Potencial Elétrico</b>	<b>Geração em 66</b>	<b>Geração em 67</b>
Tietê	Barra Bonita	4	63/64	122.000 kW	314.705.000 kWh	320.457.000 kWh
	Bariri	2	65/66	82.000 kW	246.209.000 kWh	335.241.000 kWh
Paranapanema	Jurumirim	2	62	86.000 kW	375.516.624 kWh	365.884.128 kWh
	Lucas Garcez	4	58/60	62.000 kW	434.171.368 kWh	402.124.696 kWh
Pardo	Euclides da Cunha	4	60/65	98.000 kW	246.334.000 kWh	295.557.000 kWh
	Armando Oliveira	2	58/66	28.000 kW	63.848.000 kWh	103.353.000 kWh
	Graminha	2	66/67	68.000 kW	84.685.000 kWh	293.320.000 kWh
<b>CONSTRUÇÕES PREVISTAS EM 1967 DE NOVAS USINAS</b>						
Tietê	Bariri	1	68	41.000 kW		
	Ibitinga	3	68	114.000 kW		
	Promissão	2	71	200.000 kW		
Paraná	Jupia	12	68/71	1.200.000 kW		
	Ilha Solteira	20	73/77	3.200.000 kW		
Paranapanema	Xavantes	4	69/70	400.000 kW		
Jaguari	Jaguari	2	67	24.000 kW		
Paraibuna	Paraibuna	2	67	50.000 kW		

Fonte: CESP

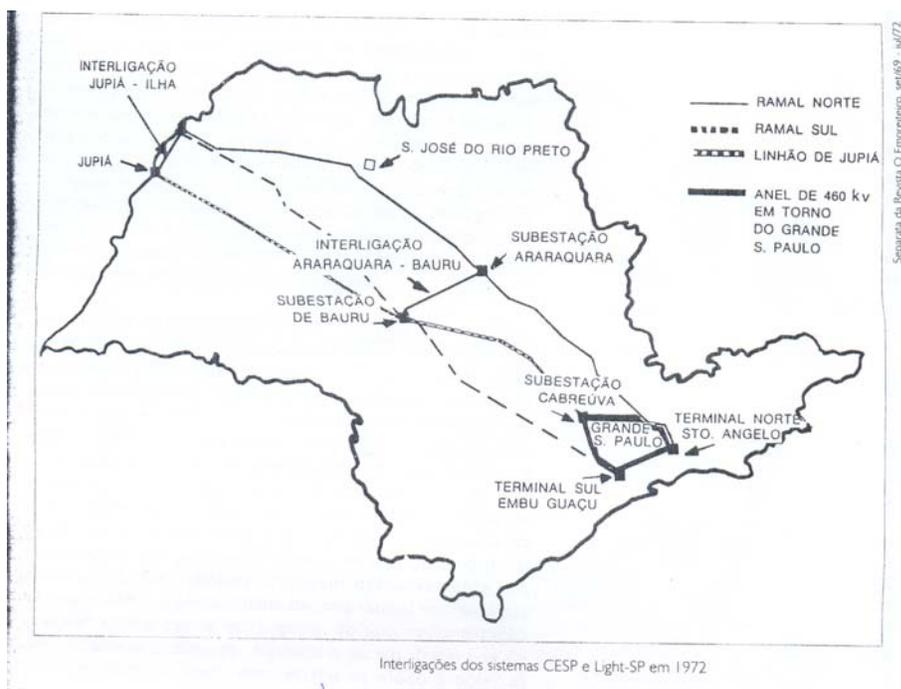
Todas essas empresas, somadas à construção de Jupia – Ilha Solteira, apresentaram, sob a administração da CESP, avanços expressivos no fornecimento de energia elétrica e no desenvolvimento da transmissão, atingindo zonas urbanas e rurais jamais providas de serviços. O êxodo rural da década de 70, no entanto, promoveu um

aumento de demanda de consumo de energia elétrica, especialmente na ocupação desordenada do processo de favelização das zonas urbanas. A necessidade de manter a capacidade ociosa em reserva de segurança mostrou-se um objetivo difícil de se alcançar.

<b>DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA POR CLASSE DE CONSUMIDORES (em MWh)</b>				
<b>CLASSE</b>	<b>CONSUMO</b>		<b>RENDA</b>	
	<b>1972</b>	<b>1973</b>	<b>1972</b>	<b>1973</b>
Residencial	226.737	259.511	67.181	87.335
Comercial	122.471	139.621	34.485	43.810
Industrial	562.431	762.568	73.668	109.599
Rural	70.925	83.817	15.561	20.003
Poderes Públicos	85.099	91.355	10.405	12.993
Iluminação Pública	117.122	132.268	7.619	9.837
Tração – FEPASA	51.196	59.059	2.954	3.750
Obras	108.183	94.122	11.586	12.817
<b>TOTAL</b>	<b>1.344.164</b>	<b>1.622.324</b>	<b>223.459</b>	<b>300.124</b>

Fonte: CESP

A seguir, um mapa das interligações dos sistemas CESP e Light-SP em 1972:



O esforço do Governo do Estado de São Paulo fez com que a CESP chegasse a ter uma participação de quase 30% na capacidade instalada e de geração no País. No fim da década de 1980, o parque gerador da CESP chegou a conferir o primeiro lugar entre as companhias geradoras do país, com uma soma de potencial instalado de 8.649.080 kW.

ANOS	CAPACIDADE INSTALADA - MW		
	Empresas do Estado	BRASIL	Participação - %
1961	120	4640	3,9
1962	278	5019	3,5
1963	348	5536	6,3
1964	419	6066	7,0
1965	467	5589	7,1
1966	620	6684	9,3
1967	658	7138	9,6
1968	687	7685	8,9
1969	1370	9354	14,6
1970	1719	10284	16,7
1971	2166	11656	18,6
1972	2445	10863	22,5
1973	3106	13073	23,8
1974	3793	14499	26,2
1975	5069	16852	30,1
1976	5229	18276	28,6
1977	5532	19862	30,1
1978	7401	22409	33,9
1979	8410	25161	33,3
1980	8412	30193	27,9
1981	9890	33823	29,2

Fonte: CESP-PT

É necessário reconhecer o papel da CESP, que foi pioneira na abertura do mercado à tecnologia nacional e a fabricantes nacionais, tendo como parâmetro a Usina de Jupiá, pois

em suas obras foram contratados projetistas e construtores nacionais, numa época em que ainda se depositava maior confiança no currículo de empresas internacionais. Foi também o mercado aberto por essas obras que criou condições para o desenvolvimento da indústria de mecânica pesada e o estabelecimento de numerosas filiais das empresas internacionais em território nacional, especialmente em São Paulo. Estabelece-se, também, grande parceria com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT, contando com a participação dos professores da Escola Politécnica de São Paulo.

### **Light / Eletropaulo**

A São Paulo Railway, Light and Power Co. Ltd. foi a principal opositora do processo de estatização do setor de energia elétrica em São Paulo. Guarneçada de grande poder político e econômico, associada às grandes elites regionais, a Light resistiu até 1979, quando finalmente protagonizou o fechamento do ciclo que colocou toda a produção e transmissão sob controle do Estado. Bem como o restante das empresas que compuseram a estatização do setor, as indenizações pagas aos investidores estrangeiros, no montante de US\$ 1,5 bilhão, geraram polêmicas e suspeitas de enriquecer os envolvidos no processo. Quando o país vivia um momento crítico no campo político, e a abertura anunciada da economia acobertava irregularidades nas finanças públicas do regime militar, levando em conta a tediosa longevidade da evolução das negociações, não havia espaço nem interesse o suficiente, na opinião pública e na mídia, para averiguação dos fatos.

Uma vez adquirida pelo Estado, a Light ficou por dois anos sob a administração da Eletrobrás, quando, enfim, foi constituída a Eletropaulo, empresa controlada pelo Estado de São Paulo. A Eletropaulo seria a empresa que concluiria os planos de ter uma grande capacidade ociosa do sistema hidrelétrico paulista, mas, apesar de grandes avanços em direção desse objetivo - atingindo inclusive a meta de fornecimento -, a grave crise econômica da década de 80 interrompeu todos os esforços governamentais no setor.

### **CPFL**

A CPFL Energia tem suas origens na Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL Paulista, constituída em 1912, como resultado da fusão de quatro pequenas empresas de energia que atuavam no interior paulista: Empresa Força e Luz de Botucatu (Botucatu),

Força e Luz de Agudos/Pederneiras (Agudos e Pederneiras), Força e Luz São Manoel (São Manoel) e Companhia Elétrica do Oeste de São Paulo (Dois Córregos), extintas alguns anos após a incorporação definitiva pela CPFL.

O aparecimento das empresas geradoras de energia elétrica no interior paulista permitiu acelerar o desenvolvimento em São Paulo, sem paralelo em outros Estados brasileiros. Ao mesmo tempo, o apetite incorporador da CPFL em seus primeiros anos de vida possibilitou a encampação de empresas em Bauru, Ribeirão Preto, Araraquara, Piracicaba, Pirajuí e São José do Rio Preto entre outras.

Nos anos 50, período em que a CPFL pertencia ao grupo norte-americano AMFORP, ficou marcante a carência de recursos para o setor elétrico, o que acarretou o lento crescimento da capacidade instalada e da oferta do produto. Neste momento surgem no país algumas manifestações nacionalistas, contrárias aos interesses norte-americanos. Um debate nacionalista acabaria explodindo em todo país e a CPFL e outras empresas pertencentes ao grupo AMFORP acabaram sendo nacionalizadas. A fase estatal da CPFL durou 32 anos, de 1964 até 1997.

A CPFL, enquanto capital nacional, patrimônio da União por meio da Eletrobrás, marcou um novo ciclo de desenvolvimento. Dez anos após a estatização, foi assinado um termo de acordo entre o governo do Estado de São Paulo e a Eletrobrás, e a CESP passou a assumir o controle acionário da CPFL.

Em 1997, com a aquisição do controle acionário, pelo valor de R\$ 3,014 bilhões, a empresa foi privatizada. O consórcio VBC (Votorantim, Bradesco e Camargo Corrêa), a 521 Participações S/A e a Bonaire (empresa formada por fundos de pensão) apostaram na companhia e iniciaram nova fase na empresa.

#### **CAPÍTULO IV - A Reprivatização do Setor de Energia Elétrica**

No final da década de 70 e início de 80, com o II Plano Nacional de Desenvolvimento que primava pelo incentivo da produção de insumos básicos, dentre eles, a energia elétrica, o otimismo continuou vigorando no setor elétrico. A dupla de apoio a esta política eram as empresas públicas e o capital financeiro. Contudo, com as consecutivas crises internacionais do petróleo, a economia brasileira entrou em uma recessão que fez com que a dívida externa atingisse índices astronômicos.

Neste momento, o Estado se limita no tocante aos incentivos no setor elétrico. A grave crise econômica com a distensão inflacionária que assolou a economia no período que se seguiu impactou todo o sistema de produção e fornecimento de energia elétrica. As estatais começaram a operar em déficit financeiro, acumulando mais dívidas somadas às do processo de aquisição. O serviço começou a perder qualidade e credibilidade e os investimentos foram interrompidos. Começa, portanto, uma caminhada um pouco mais difícil para continuar os crescimentos estatais que resultam em conseqüências complicadas na década de 90. Nesse período, o poder de investimento do Estado passa a ser mais limitado - as empresas estavam endividadas, incapazes de continuarem com o plano de expansão.

Outros contrapontos que afetariam o setor elétrico paulista foram o esgotamento dos potenciais hidráulicos e a prioridade do Governo Federal em relação a Itaipu. Com um deslocamento dos investimentos para a área federal, ocorre um endividamento externo crescente das empresas concessionárias de energia elétrica. Após investir no setor elétrico, o Estado de São Paulo passou a ser desincentivado a capitalizar no setor, pois os resultados do investimento seriam destinados à área federal. Há uma gradativa retirada do Estado, deixando a responsabilidade com o Governo Federal, perdendo assim a autonomia na condução dos negócios do Estado. Os consumidores paulistas, que de alguma forma arcaram com os custos do sistema implantado, são ainda prejudicados no tocante aos preços da energia elétrica com o ônus da mobilização de capitais, recursos destinados aos investimentos e custos de empresas em outras regiões.

Há também crises no abastecimento, ou seja, a demanda havia aumentado muito nos últimos anos. A onda internacional de privatização acaba por interferir na realidade brasileira, sendo apresentada como a solução mais viável a privatização do setor elétrico. As reformas começaram a ser pensadas em 1990 na gestão de Fernando Collor, tendo continuado no governo de Itamar Franco e de Fernando Henrique Cardoso.

A desestatização das empresas públicas de energia se iniciou efetivamente com a aprovação da Lei 8631/93, que visava a reorganização tarifária das empresas, a fim de que se diminuísse o déficit que elas possuíam. Em 1994, o DNAEE realizou uma auditoria nas empresas que verificou um desequilíbrio financeiro nas mesmas, comprovando a ocorrência de má gestão e uso político de muitas empresas. Estas características acabaram por levar a altas tarifas e falta de investimento que eram as maiores dificuldades apresentadas pelo setor naquela época. Com a aprovação da Lei de Concessões, Lei 9074/95, no governo de Fernando Henrique Cardoso houve a aceleração do processo de privatização das empresas.

As privatizações se iniciaram em 1995, mesmo não possuindo um projeto concreto. As principais questões eram a necessidade de criação de um mercado competitivo no atacado, a importância do livre acesso à transmissão, o fortalecimento do produtor independente, a desverticalização do setor, a liberalização progressiva de consumidores, a falta de investimentos e as grandes plantas hidrelétricas.

Estas questões, de fato, deveriam nortear a regulamentação do setor elétrico, mas nem sempre elas foram contempladas. Ademais, a ausência de estratégias e de grandes projetos era patente no setor. Por isso, inicia-se novamente um debate entre os privatistas e os nacionalistas em torno da questão de se defender ou não a privatização, tendo em vista que as empresas privadas são mais eficientes e a privatização traria melhores negócios para as mesmas. Nessa onda de discussões, o discurso oficial foi traçado sob dois prismas: a falta de investimento das estatais, que acaba por descumprir a regra de acréscimo de 1,2 % na oferta da energia para cada ponto percentual do PIB, e a amortização da dívida pública do governo.

Nesta era ocorreram diversas privatizações, sendo que hoje o capital estrangeiro e o nacional convivem no setor de energia elétrica. No caso de São Paulo as privatizações se iniciam no governo de Luis Antonio Fleury Filho, em março de 1993. Primeiramente, foi cedido o direito de subscrever as ações decorrentes do aumento de capital. Num segundo momento, ainda no mesmo ano, foram vendidas mais de 32.920.000 ações preferenciais da CESP. Em 1994, as ações da CPFL acabam de ser vendidas e, ainda, o governo envia um Projeto de Lei que autoriza também a venda de ações da Eletropaulo. A privatização acaba por ocorrer em 1996 com a aprovação da Lei 9.631/96 que criou o Programa Estadual de Desestatização. Esta lei foi aprovada sem debates e o momento de sua aprovação está permeado de denúncias de irregularidades e corrupção.

No entanto, nesse processo de privatização, vale lembrar outras ocorrências de destaque, especificamente no Estado de São Paulo. Não podemos esquecer que nesta mesma década de 90, o governador Mário Covas propôs a divisão das empresas paulistas em unidades especializadas de negócio: distribuição, transmissão e produção. Essas empresas menores teriam um maior fôlego para suplantarem a crise econômica pela qual passava o setor. De acordo com um estudo do DNAEE, as áreas mais estranguladas eram a de transmissão (70%) e a de distribuição (30%). A intenção do governo paulista era afastar a concessão de energia das empresas públicas, atribuindo esta função às privadas, dessa forma promoveria uma desverticalização do setor de energia elétrico paulista. As principais

demandas do setor no campo financeiro são a redução do déficit público das empresas, redução da inflação e o resgate da capacidade de financiamento do setor elétrico. Acreditava-se, portanto, que estas modificações acima traçadas seriam suficientes para a superação de todas estas dificuldades.

A solução que maior efetividade traria para o setor elétrico seria a reestruturação do ramo permitindo um convívio entre capital público e privado. A tendência é que as empresas privadas fiquem responsáveis pela geração de energia elétrica, sobretudo a termoelétrica que é o ramo que demanda maior investimento. Para que esta reestruturação funcione é necessária a efetiva participação do órgão regulador, ANEEL.

No caso de São Paulo, há a aprovação da Lei 9361/96 que propõe o Projeto Estadual de Desestatização (PED), dentro do qual se pode destacar dois itens: transferir à iniciativa privada a prestação de serviços, bem como atividades ligadas à infra-estrutura, reorganizando assim a atividade do Estado; e reduzir o endividamento do Estado.

A CPFL, cujo controle acionário pertencia à CESP, foi a primeira empresa a ser privatizada por meio de leilão público, não tendo passado por uma reorganização interna, o que para alguns especialistas seria extremamente necessário.

Com relação à Eletropaulo, houve uma reestruturação interna, foram criadas a Metropolitana, a Bandeirante, a Empresa Paulista de Transmissão (EPTE) e a Empresa de Geração de Energia e de Controle de Cheias (EMAE). As duas primeiras seriam responsáveis pela distribuição de energia; a Metropolitana, na região metropolitana de São Paulo e a Bandeirante, nas demais regiões. Já as duas últimas eram responsáveis pela transmissão de energia.

Dessa forma, passou a se configurar o setor elétrico de energia em São Paulo, a partir do plano de privatização/desestatização ministrado pelo governo paulista.

## **Conclusão**

O debate deste trabalho, cujo tema permeia a era das empresas públicas de energia, girou em torno da polêmica que envolve as questões de privatização e estatização do setor elétrico nacional, em especial, o paulista. Para delinear os aspectos desta análise, estudamos o período de estatização e formação das empresas públicas de energia elétrica,

principalmente entre o período que começa na década de 50 e termina nos anos 90, quando ocorre a reprivatização dessas companhias.

Com base nessa análise, percebemos que o cenário histórico e o momento nacional, considerando as condições econômicas, sociais e de desenvolvimento do Estado, propiciou, no início da época estudada, a nacionalização de empresas e tecnologias. Com a criação de órgãos e instituições reguladoras, o Estado tinha o papel de promover diretrizes para o desenvolvimento da sociedade, em todos os seus aspectos. Um dos exemplos dessa tomada de rédeas por parte do Estado ocorre, no campo energético, com a fundação da Eletrobrás, da Comissão Executiva do Plano Nacional de Eletrificação, e, no governo JK, a partir da criação do Ministério de Minas e Energia, assim como a implantação de diversas usinas geradoras, como Furnas que foi uma importante negociação para esse mercado na região Centro-Sul do país.

No entanto, podemos perguntar: o investimento estatal no setor energético, nesse período, foi, de fato, suficiente para suprir as necessidades da população? De que forma isso aconteceu? Estudos técnicos realizados na época nos mostraram o Estado como o único capaz de mobilizar recursos para viabilizar a exploração, a baixo custo, do grande potencial hidráulico do país, suprimindo as necessidades de geração da eletricidade necessária ao rápido crescimento verificado no período pós-guerra. Segundo nossas análises e pesquisas, o Estado fez muitos investimentos, não só com relação aos trâmites legais para viabilização das diretrizes, mas também obras pesadas nas áreas de geração, transmissão e distribuição. Desse modo, conseguiu fornecer ao país energia elétrica, durante um longo período, até meados da década de 70, com bastante sucesso. Conforme constatamos no capítulo II deste trabalho, de fato, as administrações estatais das companhias energéticas conseguiram prestar à população um serviço regular, confiável e de baixo custo, condizente com a perspectiva de crescimento econômico e industrial em diversos setores da sociedade. Não só a população ganhou com esse investimento, mas esse processo também pôde impulsionar um desenvolvimento econômico mais forte e a formação de técnicos e consultores especializados. O setor industrial, ligado ao setor elétrico, pôde crescer com mais expressão, conseqüentemente, pequenos negócios e diversas áreas do comércio também foram ampliados.

Portanto, houve, sim, um investimento alto do Estado no período que vem desde 1945 até meados da década de 1980. Isso ocorreu para responder às demandas gerais da população e superar atrasos de serviços e infra-estrutura que as empresas privadas não

conseguiram oferecer. A administração das empresas foi modernizada com o investimento estatal e puderam desenvolver com propriedade novas tecnologias de implantação dos serviços prestados. Por que o Estado bancou esse processo? Como já mencionamos, esse fato ocorreu porque os anseios de crescimento eram altos e não havia qualquer outro setor que pudesse suprir as necessidades – econômicas, sociais e culturais - da população brasileira no período.

Mas, por outro lado, se a administração estatal teve tanto sucesso, por que houve o processo de reprivatização na década de 90? O que aconteceu? Quais eram as crises que começaram a aparecer? Ainda no final dos anos 80, os grandes investimentos no setor energético conseguem responder aos racionamentos e às demandas crescentes, aumentando as escalas de produção de energia. O parque gerador da CESP, por exemplo, chegou a ocupar o primeiro lugar entre as companhias geradoras do país. No entanto, este quadro não demorou a reverter-se. Na década de 90, ocorreu uma transição contrária deste primeiro movimento. Grandes aspirações buscavam, novamente, a privatização das companhias, mas dessa vez com a justificativa de reduzir os déficits do governo, bem como concluir as obras paralisadas do setor. A demanda continuava crescente e, para a realização de muitos investimentos, havia a necessidade de financiar alguns recursos. Os juros altos que assolaram a população brasileira na década de 80, o fato de se usar a empresa pública como troca de favores políticos de diversas formas e a descontinuidade das diretrizes a cada mudança de governo, resultaram num ingerenciamento das companhias de energia elétrica. A administração tornou-se insustentável, uma máquina pesada e inchada. “Chegou uma hora que a coisa estava tão invertida que para você reverter o jogo, a privatização acaba sendo a solução da situação caótica que ficou” (depoimento ex-funcionário da CESP).

Outra observação importante que constatamos é que o sucateamento das empresas públicas gerou a justificativa das privatizações na década de 90. E quando essas eram feitas, não ocorriam de maneira transparente e as ingerências que começaram a aparecer na administração estatal, falcatruas e superfaturamentos, acabavam aparecendo também no processo de privatização. Os interesses próprios de certos grupos políticos prevalecem e privilegiam certas empresas privadas e até de dentro do governo.

No entanto, é possível a administração estatal? “Sim, mas desde que tenhamos um governo mais compromissado e com uma administração mais adequada. Você tem dois caminhos: privatizar e não privatizar, mas para não privatizar, tem que ter mudanças. A partir do momento que está numa situação insustentável e anuncia-se a intenção de privatização,

o governo larga a mão e deixa o caos” (depoimento ex-funcionário da CESP). No final desse processo, o Estado tem um duplo prejuízo, ou seja, no ingerenciamento da empresa, enquanto era dono, e no processo de privatização, por ser ineficiente e privilegiar certos interesses que não o estatal e, desse modo, não ir de encontro ao bem-estar da população. Esses fatores também evidenciam os valores de nossa sociedade que se encontram voltados para o benefício privado em detrimento de uma mobilização e até conscientização mais adequada da população referente a essas questões aqui colocadas. Um monitoramento mais próximo das ações do governo por parte da população seria a iniciativa mais coerente.

Por fim, não podemos dizer que o setor foi marcado apenas pela ineficiência que, na verdade, esteve presente apenas nos últimos anos de administração pública de algumas áreas do setor energético do país. É preciso reconhecer que no período abrangido por este estudo, que vai de 1960 a 1990, as demandas da população foram atendidas. Vimos, então, que a administração pública é possível desde que muitos processos implantados não se tornem monopólios de certos interesses políticos e individuais.

## **ANEXO I**

### **Depoimento de um ex-funcionário da CESP (1982-1999), realizado dia 25/06/06**

“Havia a necessidade de investimento para suprir a energia prevista em função do crescimento da demanda industrial da população: aumentar a capacidade de geração, distribuição e transmissão de energia elétrica. E o investimento era alto para ocorrer esse crescimento e o setor privado não tinha condições de investir dessa forma. O Estado comprou a maior parte, estatizou as empresas e fez o investimento.

Muitos governadores usaram as empresas para outros fins, o que acabou gastando muito. Usava o nome da CESP para conseguir empréstimos para outros fins e endividava a CESP. Em Itaipu, no início, o contrato de energia era em dólar e teve um período que a energia elétrica era paga em dólar, e o preço ficou muito caro.

O Estado, tendo de bancar o crescimento quando era para investir (o setor privado tinha que investir e não conseguia), teve de pagar financiamentos para realizar os investimentos.

Houve um ingerenciamento, ou seja, usar as empresas para fins políticos. Isso contribuiu para que a empresa ficasse numa situação caótica, pois ficou com uma dívida astronômica, muitos políticos usaram-na para fins eleitorais, cabides de empregos, trocas de favores, etc.. Então, ao invés dos cargos serem ocupados por técnicos competentes dentro da própria empresa, foi usado para cabides de empregos e trocas de favores políticos. Portanto, teve uma crise generalizada. Esses funcionários estavam ali para construir sua carreira política e não para beneficiar a empresa.

E o setor elétrico, cada vez mais, precisando de investimento, pois o Brasil continuava crescendo e a demanda da população também. Então você tem um investimento que realmente era necessário, mas há também o ingerenciamento; superfaturamento de obras e licitações.

Como o gerenciamento estava nas mãos do governo, quando havia troca de governo, um acabava com as obras do outro. A cada governo que entrava, havia uma descontinuidade de gerenciamento e isso dificultava o andamento das políticas e diretrizes da empresa. A empresa sofre com essas mudanças, sofre de uma política adequada.

Então o que minou a empresa estatal? A necessidade de continuar investindo, não ter dinheiro para investir e fazer financiamento; a política econômica com juros altíssimos; usar o nome da empresa para outros fins; não usar adequadamente o dinheiro da empresa; ingerenciamento, mudanças na empresa de cargos altos e diretrizes políticas a cada gestão de governo. Chegou uma hora que ficou insustentável. A empresa ficou inchada: o nepotismo, cargos proporcionados por acertos de dívidas políticas, o que se tinha eram pessoas não trabalhando, cabide de emprego.

Outro problema, quando a pessoa tinha um cargo bom e trabalhava bem e mudava o governo, essa pessoa era afastada e não produzia em função do salário que ganhava.

Por tudo isso, a empresa tornou-se uma máquina pesada. Chegou uma hora que a coisa estava tão invertida que para você reverter o jogo, a privatização acaba sendo a solução da situação caótica que ficou. Ela sozinha não consegue se resolver e quando entra num processo de privatização, a grande maioria das privatizações acabam sendo mal feitas, pois muitas vezes, no processo de privatização você também vê uma coisa mal feita e vê as questões de privilegiar certas empresas. No próprio processo de privatização tem essas questões políticas, de interesses de grupos dentro do próprio governo.

O processo de privatização privilegia interesses de grupos do governo e fora. O processo de privatização não é transparente e poderia ser feito de forma muito mais

adequada. É feito para atender interesses do governo e particulares, favorecendo uma ou outra empresa.

E o que a empresa que comprou faz? Não há mais garantia de emprego. O que era benefício para o empregado no Estado, deixou de ser com a privatização.

Com o Estado, não havia o compromisso com a produção, porque havia emprego garantido. Mas é possível a administração estatal? Sim, mas desde que tenhamos um governo mais compromissado e com uma administração mais adequada. Você tem dois caminhos: privatizar e não privatizar, mas para não privatizar, tem que ter mudanças. A partir do momento que está numa situação insustentável e anuncia-se a intenção de privatização, o governo larga a mão e deixa o caos.

Quando tem a privatização, o processo é feito com as características desse governo ineficiente. Há um prejuízo do estado. A indignação acaba acontecendo das duas formas. Você vê a ineficiência do Estado tanto na administração da empresa, quanto no processo de privatização. No momento enquanto dono da empresa e no processo de privatização da empresa. É o Estado perdendo duas vezes, no ingerenciamento da empresa e na privatização: é um duplo prejuízo. A empresa poderia ser diferente e talvez nem precisasse do processo de privatização.

Enquanto era do Estado, na terceirização, as empresas privadas ganhavam, pagas com um superfaturamento. Quando estatizou, pagou a mais do que deveria para o privado, quando comprou. E precisou dos serviços das empresas privadas e pagava superfaturado. Isso, porque temos uma sociedade voltada para o bem privado, o benefício privado.

Então o setor privado sempre ganhou: enquanto era estatal e quando vendeu. O setor privado sempre saiu ganhando, por mau uso da máquina do Estado, pois quem estava no governo, usava as empresas para interesses próprios.

Mas não teve só a ineficiência, eles de fato atenderam as demandas da população nesses 30 anos, mas por um preço muito caro, poderia ter sido diferente.

Tudo isso é um reflexo de como nossa sociedade é desmobilizada e condizente com esse tipo de medida. Nós somos apolitizados; a gente dá o poder, se submete ao poder e não reivindica nossos direitos, não acompanha e os governantes fazem e desfazem do jeito que querem.”

## BIBLIOGRAFIA

DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO - ELETROPAULO. *O Capital Privado na Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro*. Caderno História e Energia, São Paulo, n. 6, 1996.

DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO - ELETROPAULO. *Estatização x Privatização*. Caderno História e Energia, São Paulo, n. 6, 1997.

CANAMBRA ENGINEERING CONSULTANTS. *Relatório preliminar*. São Paulo, 1963. 400p.

CANAMBRA ENGINEERING CONSULTANTS. *Estudos energéticos da região centro-sul*. São Paulo, 1967. 100p.

CANAMBRA ENGINEERING CONSULTANTS. *Estudos energéticos da região sul*. São Paulo, 1969. 100p.

ELETROPAULO. *Relatório anual da Administração*. São Paulo, 1986.

ELETROPAULO. *Relatório anual da Administração*. São Paulo, 1997.

ELETROPAULO. *Relatório Eletropaulo 1983 – 1986: resultados de uma administração democrática*. São Paulo, 1987. 48p.

GOMES, Francisco de Assis Magalhães. *História e Energia 2: a eletrificação no Brasil*. São Paulo: DPH – Eletropaulo, 1986.

CPFL – COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ. *Energia e desenvolvimento: 70 anos da companhia Paulista de Força e Luz*. Campinas: 1982.

GOLDEMBERG, José. *A questão energética no Estado de São Paulo: alguns aspectos*. São Paulo: CESP, 1983.

MOTOYAMA, Shozo (Coord.). *Tecnologia e industrialização no Brasil: uma perspectiva histórica*. São Paulo: UNESP, 1994.

REVISTA MEMÓRIA. São Paulo: Eletropaulo, n. 6, jan/fev/mar.1989.

REVISTA MEMÓRIA. São Paulo: Eletropaulo, n. 6, jan/fev/mar.1989.

CENTRO DE MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. *Panorama do setor de energia elétrica no Brasil*. Rio de Janeiro: 1988. p. 257-263.

### **Sites Consultados**

MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA. Disponível em: <<http://www.memorial.sp.gov.br>>

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES INDEPENDENTES DE ENERGIA ELÉTRICA. Disponível em: <<http://www.apine.com.br>>

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ. Disponível em: <<http://www.cpfl.com.br>>

COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO. Disponível em: <<http://www.cesp.com.br>>

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS GERADORAS DE ENERGIA ELÉTRICA. Disponível em: <<http://www.abrage.com.br>>

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br>>

FUNDAÇÃO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DA ENERGIA E SANEAMENTO. Disponível em: <<http://www.museudaenergia.org.br>>